

CONCLUSÃO

o Estado de Alagoas possuía, em 1996, 2.633.251 habitantes, que correspondiam a 1,68% da população brasileira, distribuídos em 100 municípios. A capital, Maceió, com 723.142 moradores, abrigava sozinha 27% da população estadual.²³ O segundo município, em tamanho populacional, era Arapiraca, com 173.339 habitantes, único na faixa entre 100 mil e 500 mil habitantes. Situado no agreste alagoano, Arapiraca é um importante centro regional localizado numa mancha territorial ocupada pela lavoura de fumo.

Na faixa entre 50 mil e 100 mil, havia 4 municípios: Palmeira dos Índios, Rio Largo, União dos Palmares e Penedo. O primeiro fica no agreste alagoano e os outros três situam-se no leste alagoano, estando Rio Largo na Região Metropolitana de Maceió. A maior parte dos municípios do Estado, 94 ao todo, encontrava-se nas faixas abaixo dos 50 mil habitantes, e, desses, apenas cinco possuíam menos de 5 mil habitantes.

A população do Estado de Alagoas cresceu 2,18% ao ano no período entre 1980 e 1991 e 0,95% a.a. no período entre 1991 e 1996, enquanto a do Brasil cresceu 1,93% a.a. e 1,36% a.a., nos dois períodos, respectivamente. O Estado de Alagoas tem se caracterizado como área de evasão populacional em termos nacionais e regionais.

Alagoas encontra-se entre os Estados menos urbanizados do país. No ano de 1991, possuía um grau de urbanização de 58,95% e, em 1996, 63,11% – grau muito inferior ao nacional (78,36%).

A economia alagoana tem sido tradicionalmente baseada na agricultura, sendo seu principal produto a cana-de-açúcar. O setor industrial é constituído por usinas açucareiras, fábricas de beneficiamento de algodão e sisal e fábricas de tecidos, apresentando desenvolvimento relativamente pequeno.

A evolução da estrutura do Produto Interno Bruto alagoano no período de 1985 a 1998 espelha a crise de seu principal produto agrícola. A agropecuária, que contribuía com 26,6% do PIB em 1985, foi perdendo participação, até

²³ Vale registrar que a Lei Complementar nº 18, de 29 de novembro de 1998, criou a Região Metropolitana de Maceió, composta por: Maceió, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, Satuba e Messias.

atingir 6,5% em 1993, e, após um período de recuperação entre 1994 e 1996, apresentou nova queda em 1997 (4,9% – sua menor participação no período), chegando a 1998 com apenas 8,4% do produto estadual. A indústria melhorou sua contribuição – de 32,3% em 1985 foi para 39% em 1998 –, e a participação dos serviços subiu de 53,2% para 56%.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD realizada pelo IBGE, mostram uma ligeira queda da população ocupada em Alagoas (-0,1% a.a.), no período de 1992 a 1999. Em 1999, 36,4% da população ocupada alagoana habitava áreas rurais. A queda ocorreu principalmente na população rural (-1,2% a.a.), mas foi sentida também na população urbana ocupada em atividades agrícolas. A população urbana ocupada em atividades não-agrícolas cresceu 0,8%. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido às atividades relacionadas aos serviços. Os três ramos que mais empregam no Estado são a prestação de serviços, o comércio de mercadorias e os serviços sociais; todos apresentaram crescimento no período. A administração pública, quarto ramo em número de empregados, registrou decréscimo.

Analisando a taxa de crescimento anual, observa-se que as ocupações que mais cresceram, entre 1992 e 1999, foram: motorista (5,2% a.a.), médico (5% a.a.) e professor de primeiro grau (4,3% a.a.). As ocupações com maior número de empregados, no Estado, são os serviços por conta própria, os serviços domésticos, balconistas atendentes e professores de primeiro grau inicial. Os maiores aumentos de vagas, em números absolutos, nesse período, foram: professores de primeiro grau (14 mil novas ocupações), balconistas atendentes (7 mil), serviços por conta própria (6 mil), costureiro alfaiate, motorista e ajudante de pedreiro (5 mil) e cozinheiro não-doméstico (4 mil).

A característica mais marcante da indústria alagoana, quando analisadas as informações primárias resultantes da visita dos pesquisadores da Paer, é a enorme importância da produção de açúcar e álcool. As divisões de alimentos e bebidas e o segmento de química e combustíveis (que contém a produção de álcool combustível) empregam 81% e 9% do pessoal ocupado, respectivamente.

A distribuição espacial da indústria privilegia as demais regiões do Estado onde se concentram 71% dos empregos industriais (29% restantes então na região de Maceió), uma vez que a usina de açúcar e álcool se localiza junto à fonte de seu insumo básico, a plantação de cana-de-açúcar.

A indústria alagoana é constituída principalmente por unidades de médio e grande portes, o que se deve ao tipo de produção das usinas de açúcar e álcool, que demandam plantas de grande tamanho. Essas unidades, em sua maioria quase absoluta, têm sede no próprio Estado (92% delas) e respondem pela maior parte do emprego industrial (96% do total).

A maior parte das unidades foi implantada após 1990 (31% delas), mas empregam somente 4% dos trabalhadores. A maioria do pessoal ocupado da indústria alagoana (66%) se concentra nas unidades implantadas até 1969; nota-se também uma marcante participação do capital exclusivamente nacional, que detém 97% do total das unidades locais e emprega 98% do pessoal ocupado.

A análise dos destinos de vendas da indústria de Alagoas revela que as receitas são obtidas principalmente pela venda de produtos aos outros Estados da Federação (40% das receitas), vindo a seguir os mercados da própria região onde está instalada a unidade, os das demais regiões do Estado de Alagoas e o mercado externo (este último com 10% da receita de vendas).

Pode-se esperar uma expansão da indústria alagoana, diante do elevado número de respostas positivas quanto à intenção realização de investimentos nos próximos três anos (73% do total das unidades, responsáveis por 80% do pessoal ocupado, responderam afirmativamente a essa questão). Os investimentos privilegiarão, sobretudo, a implantação de novas formas de organização, aquisição de equipamentos de informática, de máquinas e equipamentos e programas de treinamento e a capacitação da mão-de-obra. A aquisição de marcas e patentes é citada por apenas 22% das unidades, o que indica a pequena intenção de investir em inovação tecnológica.

Os impactos dos investimentos sobre a ocupação de pessoal apresentam resultado incerto, pois, para a maioria das unidades, eles provocarão aumento de ocupações, mas para as grandes unidades, que respondem pela maior

parcela do pessoal ocupado, gerarão diminuição das ocupações. O perfil dos investimentos, que é de mecanização crescente e reorganização das formas de gestão, aliado às informações sobre variação de ocupações, traz dados que apontam para uma diminuição dos postos de trabalho, sobretudo para o setor de alimentos.

A indústria de Alagoas ocupa posição de destaque entre os Estados da Região Nordeste no que diz respeito à difusão de Tecnologias de Informação (TI). Os resultados para o total do Estado mostram não apenas uma proporção expressiva de unidades usuárias de computadores (93%), mas também uma alta difusão de micros modernos (91%), pertencentes à família de processadores Pentium (I e II).

Entre as estratégias de gestão citadas na pesquisa, a mais difundida é a adoção de novos métodos de organização do trabalho e da produção: cerca de 76% das unidades industriais (responsáveis por 91% do pessoal ocupado) implementaram, no quadriênio 1996-99, esse tipo de estratégia. O percentual pouco expressivo de unidades que substituíram parte de sua produção local por produtos importados (7%) – em contraste com aquelas que ampliaram o grau de nacionalização dos seus produtos e componentes (35%) – sugere que o processo de reestruturação da indústria da região vem se desenvolvendo mais a partir do aproveitamento e da otimização dos recursos locais do que de produtos, matérias-primas ou componentes importados. Além disso, a pequena parcela de unidades que reduziu o número de produtos e/ou desativou linhas de produção (10%) pode indicar, junto com outros fatores, que estratégias de racionalização permanecem sendo uma prática pouco difundida no setor.

Embora 47% das unidades produtivas alagoanas, responsáveis por mais de 80% do pessoal ocupado do setor, afirmem ter utilizado, no ano de 1999, algum equipamento de automação industrial, os equipamentos automatizados com maior nível de difusão são as máquinas-ferramenta com controle numérico (MFCN), convencional ou computadorizado, que atingem cerca de 1/3 das fábricas automatizadas da região e que são a forma mais simples de automação industrial.

No que se refere à caracterização da força de trabalho, os dados da Paer indicam que os trabalhadores braçais e os de menor qualificação ocupam a

maior parte dos empregos ligados à produção (66%), seguidos pelos trabalhadores semiqualeificados (21%), qualificados (10%), técnicos de nível médio (3,6%) e de nível superior (0,6%).

Essa distribuição contraria a tendência verificada em outros Estados, nos quais a categoria de semiqualeificados é a mais numerosa, e também aponta para uma baixa participação de técnicos de nível médio e de nível superior. Essa característica capta o baixo grau de qualificação nos postos de trabalho da indústria alagoana e reflete o perfil da indústria local de alimentos e bebidas.

Os requisitos de escolaridade exigidos para a contratação do pessoal semiqualeificado ligado à produção são baixos: 31% das unidades, responsáveis por 36% do pessoal ocupado nessa categoria, não requerem nenhum nível de escolaridade para a contratação, e 40% das unidades exigem a quarta série do primeiro grau.

A categoria na qual as empresas mais exigem cursos profissionalizantes para a contratação é a dos técnicos de nível médio. Para os profissionais semiqualeificados, a exigência de cursos é uma prática pouco difundida; para categoria de qualificados, a exigência é maior, uma vez que se trata de ocupações que exigem maior destreza e conhecimento. Para os profissionais de nível superior, os cursos mais exigidos são os de curta duração (40% das unidades).

As carências que mais prejudicam o desempenho dos empregados ligados à produção são a falta de conhecimentos específicos da ocupação, a dificuldade de comunicação e expressão verbais e a falta de capacidade de aprender novas habilidades e funções. São carências relacionadas a falhas tanto na formação básica quanto na formação específica. Essas carências são maiores para o pessoal semiqualeificado e diminuem conforme cresce a hierarquia das categorias ocupacionais. Por outro lado, a falta de conhecimento de informática, de habilidade para lidar com clientes e de noções básicas de língua estrangeira prejudicam mais o desempenho dos técnicos de nível médio e dos profissionais de nível superior.

Já para as categorias administrativas, a carência que mais afeta negativamente o desempenho profissional é a falta de conhecimentos de

informática, que, combinada com a alta utilização de computadores na rotina de trabalho, indica tratar-se de uma habilidade necessária para qualquer posto administrativo.

Ao investigar-se nas unidades do Estado de Alagoas quais as ocupações com dificuldade de contratação no mercado de trabalho, verificou-se que, apesar de a maioria das unidades ser do segmento de alimentos e bebidas, as ocupações com carência de profissionais são típicas de outros segmentos. As ocupações com dificuldade de contratação mais vezes assinaladas pelas unidades são as de torneiro mecânico, torneiros, fresadores, retificadores e trabalhadores assemelhados, programador de computador e mecânicos de manutenção de máquinas.

Do total da indústria, 22% das unidades patrocinam programas de educação formal aos empregados – em geral grandes e médias empresas, que empregam 49% do pessoal ocupado – percentual expressivo, acima do encontrado em outros Estados da Região Nordeste.

Os tipos de relacionamento mais comuns com as escolas técnicas são os tradicionais, como o recrutamento de profissionais nessas escolas e os estágios de alunos nas unidades industriais. É mais freqüente o relacionamento com as escolas técnicas federais, vindo em seguida, com pequena proporção de unidades, a interação com as escolas do Sistema S e Sebrae.

As principais ocupações técnicas contratadas pelas unidades locais são as de técnico agrícola, eletrotécnicos, químicos, técnicos de segurança do trabalho, mecânico de manutenção de máquinas, mecânicos em geral, entre outros.

As informações sobre a *performance* inovativa da indústria alagoana refletem o baixo dinamismo tecnológico da economia industrial regional, expresso no baixo percentual de empresas inovadoras. Do total de empresas investigadas, verifica-se que 35% realizaram algum tipo de inovação (em produto e/ou processo) no período de 1995-99. Nessas empresas, 14% da receita de vendas advém dos produtos novos, introduzidos no mercado entre 1995 e 1999, 12% se origina de produtos tecnologicamente aperfeiçoados e 73% de produtos que não foram alterados ou que foram apenas marginalmente

modificados. É, ainda, muito reduzida a parcela das empresas industriais inovadoras (29%) que têm empreendido esforços direcionados à introdução de produtos novos não somente para os processos produtivos internos, mas também para o mercado em que atuam.

Entre as empresas inovadoras do Estado de Alagoas, em termos absolutos, apenas quatro unidades realizam atividades internas de P&D, sendo que essa atividade possui uma natureza sistemática. Das empresas inovadoras que realizam atividades de P&D, somente três possuíam laboratório para o desenvolvimento dessas rotinas.

No setor serviços, a Paer coletou informações para as unidades locais com mais de 20 pessoas ocupadas, o que resultou na consolidação de informações para 180 unidades, responsáveis por 17.872 empregados em 31 de dezembro de 1999 – a grande maioria delas na microrregião de Maceió. O setores de transporte e saúde, juntos, representam 62% dos ocupados na pesquisa.

No que concerne à modernização das unidades pesquisadas, 95% delas dispõem de computador e apresentam uma média de cerca de oito pessoas por equipamento, resultado das estratégias de gestão adotadas entre 1997-1999²⁴. Essa estratégia de modernização é coerente com políticas voltadas para a implantação de programas de qualidade em um número significativo de unidades: cerca de 29% delas declararam ter realizado esforços para a implantação de programas de qualidade e produtividade, com destaque para os segmentos de distribuição de energia elétrica, gás e água e telecomunicações, nos quais cerca de 43% e 42% das unidades, respectivamente, disseram promover esforços nesse sentido.

No que diz respeito à expansão das atividades, 67% das unidades revelaram que irão realizar algum tipo de investimento entre 2000 e 2002, sobretudo em equipamentos de telecomunicações e informática. O objetivo desses investimentos é proporcionar a melhora dos serviços, a elevação da produtividade e a ampliação da capacidade de atendimento. Em relação a esse último aspecto, trata-se de um esforço que parte significativa das unidades

²⁴ Entretanto, vale observar que os segmentos de transportes e saúde, os mais empregadores, apresentam taxas de difusão de computadores mais baixas que a média estadual (médias de 20 e 11 empregados por equipamento, respectivamente).

(61%) vem desenvolvendo pelo menos desde de 1997, sobretudo no que diz respeito aos cursos de segurança e higiene, relações humanas e de controle de qualidade. Para o pessoal administrativo básico, ressalta-se o curso de informática, e de nível superior, destacam-se os cursos de métodos e técnicas gerenciais/de coordenação.

Como decorrência dos investimentos, 79,5% das unidades locais pertencentes a empresas que pretendem investir assinalaram aumento esperado do número de pessoal ocupado, o que explicita a necessidade de analisar as tendências de modernização das unidades do setor serviços de forma a compatibilizar as possíveis demandas das empresas com as políticas públicas de profissionalização. Para isso, é preciso considerar os aspectos mais relevantes da distribuição da força de trabalho, suas rotinas de trabalho e carências, bem como os requisitos das unidades de contratação.

Observando as informações do pessoal ocupado segundo o gênero, ressalta-se a predominância masculina (62,7% dos indivíduos), sendo que as mulheres apresentam superioridade no extremos da estrutura ocupacional, ou seja, entre os trabalhadores braçais e aqueles de nível superior ligados à atividade principal. No caso do pessoal não ligado à atividade principal, as mulheres representam maioria entre as ocupações administrativas, de nível básico e técnico de nível médio; mas entre as ocupações de nível superior, normalmente vinculadas às funções de gerência e direção das unidades, verifica-se a predominância de homens.

Nas unidades do setor serviços pesquisadas em Alagoas, 99% das 17.872 pessoas ocupadas são assalariadas, sendo que 12.080 trabalham na atividade principal da empresa e 3.462 têm função administrativa. Observando a distribuição dos trabalhadores segundo as ocupações, 60% são qualificados e 20% semiquualificados. Esses trabalhadores incorporam na sua rotina de atividades o trabalho em equipe, o contato com clientes, a necessidade de expressão e comunicação verbais e o conhecimento técnico atualizado – esses dois últimos com uma menor freqüência para o pessoal semiquualificado ligado à atividade principal. Na rotina do pessoal não-ligado à atividade principal (ou seja, o pessoal de área administrativa), o emprego de microcomputadores e o

de matemática básica se destacam, enquanto o uso de língua estrangeira somente ganha importância significativa para as ocupações de nível superior.

Essas características definem uma estrutura de demandas para contratação. A primeira das características diz respeito à escolaridade. No setor serviços, o requisito mais exigido para contratação do pessoal semiqualficado ligado à atividade principal é a quarta série do ensino fundamental, seguido pelo ensino fundamental completo. Já o ensino médio completo é o requisito mais exigido na contratação do pessoal qualificado e do pessoal não ligado à atividade principal.

O segundo aspecto com relação às contratações diz respeito a exigências de cursos básicos, habilitações técnicas de nível médio e cursos de curta duração. O curso profissionalizante mais exigido, para o pessoal semiqualficado, é o de nível básico; para os qualificados e técnicos de nível médio, a maior parte das unidades exigiu cursos de habilitação técnica de nível médio, ao passo que, para a contratação do pessoal de nível superior, os três tipos de curso analisados tiveram praticamente a mesma demanda por parte das unidades locais. Para a contratação do pessoal não-ligado à atividade, os cursos profissionalizantes de curta duração são exigidos por grande parte das unidades locais para a contratação do pessoal de nível básico e superior.

Do ponto de vista das carências identificadas pelas empresas, de maneira geral a falta de conhecimento específico da ocupação, a dificuldade de expressão e comunicação verbais e a falta de habilidade para lidar com clientes foram os fatores mais apontados como prejudiciais ao desempenho profissional dos ocupados.

No que diz respeito aos instrumentos de seleção, verifica-se que as empresas pouco investem em meios mais sofisticados para a avaliação dos candidatos. Apesar da importância de certos aspectos ligados à socialização dos indivíduos no ambiente de trabalho para o desempenho de suas atividades (como, por exemplo, trabalho em equipe e contato com clientes), constata-se que os testes psicológicos são secundários em relação a utilização de entrevistas, análise de currículos e recomendações.

Observando as modalidades de relacionamento das unidades com as escolas técnicas, verifica-se que o recrutamento de profissionais nas escolas e os estágios de alunos são mais freqüentes. O estágio de professores nas unidades ou sua participação em projetos conjuntos, são praticamente inexistentes, o que pode resultar em problemas com o desenvolvimento de algumas rotinas de trabalho que dependem do conhecimento técnico atualizado por parte dos alunos egressos das escolas profissionalizantes. Verifica-se ainda a ausência das unidades de serviços na definição dos currículos das escolas,

Para realizar o recrutamento de profissionais e o treinamento de funcionários, as unidades pesquisadas do setor serviços buscam principalmente as escolas do Sistema S e Sebrae. Já os estagiários são selecionados principalmente nas escolas federais. O recrutamento de profissionais nas escolas foi mais constatado no segmento de alojamento e alimentação, enquanto o recrutamento de estagiários revelou-se mais freqüente nos segmentos de distribuição de eletricidade, gás e água e de telecomunicações.

A pesquisa sobre o meio rural mostrou que, apesar da crise experimentada pela agroindústria canavieira de Alagoas, esta não deixou de ser a atividade agropecuária mais importante do Estado e a principal empregadora. A crise do complexo sucroalcooleiro sobre a economia estadual reduziu em muito as ocupações agrícolas e não-agrícolas da PEA rural alagoana ao longo dos anos 90.

Outras culturas importantes também passaram por crises, como é o caso do algodão, do coco e do fumo. As tentativas de diversificação da produção ainda não apresentaram reflexos positivos no emprego agrícola. Na região Norte do Estado vem ganhando destaque o crescimento da pecuária leiteira, que compete em melhores condições com a do sertão em função da maior precipitação pluviométrica. No restante, os indicadores técnicos da pecuária são semelhantes.

A reestruturação do complexo sucroalcooleiro implicou a adição de maior conhecimento técnico à produção. É o caso dos ensaios para a introdução de irrigação por gotejamento - tecnologia importada da Colômbia -, do corte e

plântio mecanizados, entre outros. Esse aumento da tecnificação da produção demanda profissionais de maior nível técnico, que, além de operar máquinas e equipamentos modernos, também necessitarão de conhecimentos em informática e uma visão mais geral do processo produtivo.

Segundo os entrevistados, também no setor de administração e gerenciamento de campo tem aumentado a participação dos técnicos, em substituição aos antigos capatazes e funcionários que possuíam exclusivamente o ensino médio como nível de escolaridade.

Como foi salientado, existe em Alagoas uma tentativa de diversificar as atividades produtivas da agropecuária. É o caso do incentivo que o governo estadual vem dando para a produção de milho a fim de abastecer a avicultura local; da fruticultura, que o governo pretende desenvolver nos tabuleiros próximos ao rio São Francisco; e da piscicultura, que vem sendo estimulada pela Codevasf também nas áreas próximas ao rio São Francisco.

Essas atividades produtivas no meio rural são novos campos de conhecimento, em que é necessária a orientação do técnico para um melhor uso de novas tecnologias. É o caso da fertirrigação e de outros diferentes sistemas de irrigação, do controle econômico de pragas (o chamado manejo integrado de pragas), da produção ecológica, do controle de doenças e manejo de granjas piscícolas, entre outros.

A existência de uma bacia leiteira tradicional no sertão do Estado e o surgimento de uma nova área de expansão de produção leiteira no litoral tornam muito importantes a difusão de conhecimento sobre o manejo do rebanho e a obtenção de novas espécies forrageiras para a alimentação dos animais.

Essas tentativas de diversificação da produção chamam a atenção sobre a formação dos profissionais agrícolas. Ao mesmo tempo em que induzem à especialização, também impõem uma formação mais eclética que dê conta da diversidade do meio rural e dos processos produtivos.

A problemática ambiental é outro tema relevante segundo descreveram os entrevistados. Em Alagoas existem problemas como o risco de desertificação pelo manejo equivocado da caatinga e por seu desmatamento, principalmente

para a obtenção de lenha. Nas regiões litorânea e do agreste, as demandas estão voltadas para a conservação dos solos e a diminuição da erosão, na recuperação, conservação e preservação das áreas de mata e no aumento das reservas hídricas.

No caso dos recursos hídricos, especificamente, o futuro da exploração econômica da agricultura depende do aumento da disponibilidade de água no solo e nos açudes, segundo depoimento de representantes do complexo sucroalcooleiro.

Em relação à escola agrotécnica federal (EAF) de Satuba, seus representantes alegam a dificuldade de atingirem os pequenos produtores e assentados, exceto pela realização de alguns cursos esporádicos, porque eles não empregam a mão-de-obra técnica formada no Estado. Isso acaba gerando um círculo vicioso, pois dificulta muito o equacionamento da necessidade dos produtores familiares, que é a sua profissionalização, com o aumento de conhecimento prático e teórico sobre produção, gerenciamento e comercialização em geral. Trata-se, portanto, de uma questão que exige maior integração da escola aos programas mais amplos de apoio aos agricultores familiares, direcionando suas ações, por exemplo, para os filhos de pequenos produtores e para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, incorporando aspectos relacionados ao bem-estar e à organização social.

Quanto à adequação da EAF de Satuba ao Proep, alguns pontos se destacaram na pesquisa de campo, quais sejam: a necessidade de se criar programas de requalificação e de capacitação dos professores, segundo novas áreas de conhecimento (técnica e propedêutica); o equacionamento da demanda por matrículas de jovens residentes no meio urbano, que é crescente na escola pela proximidade com a capital, bem como a articulação com o Cefet de Maceió de forma não-concorrencial; e o acerto do número de vagas no ensino médio, muito procurado por jovens residentes no interior do Estado, que encontram na EAF a estrutura (alojamento e refeitório) que viabiliza a permanência na escola e a conclusão dos estudos.